

Memória de Alfredo Pimenta

Sem nunca ter conhecido Alfredo Pimenta, (vi-o talvez, um dia, fugidamente), as minhas recordações do Escritor quase se confundem com as da minha infância.

Pouco passaria dos 10 anos quando comecei a ler, a bem dizer regularmente, *A Voz* então ainda jovem sucessora de *A Época* (a do Conselheiro). Cedo me habituei a ler os artigos de Fernando de Souza, de Um dos Dois (*nome* por muitos anos comum a Manuel Múrias e a Pedro Correia Marques, antes de se tornar, por mais tempo ainda, designação apenas do segundo), e de Alfredo Pimenta — antes de se me abrir diante dos olhos curiosos o tesouro de erudição que foi, tempos a fio, o incomparável *Bazar das Letras, das Ciências e das Artes*, prodigamente distribuído e renovado também por Correia Marques, por Alfredo Pimenta e por Ludovico de Menezes...

Entre todos os colaboradores habituais desse jornal excelente sempre dei lugar especialíssimo a Alfredo Pimenta. Praticamente nenhuma vez terei deixado para segundo momento a leitura da sua *Tribuna Livre* ou das eruditíssimas notas críticas do *Bazar*. E se me interrogo profundamente sobre a razão de ser dessa evidente preferência, confesso que encontro um complexo de factores psicológicos em que entra uma imensa curiosidade, sempre premiada, o fascínio de uma personalidade invulgar e o quase sensual apego a um estilo. (Ainda hoje considero — e há pouco o reafirmei em público — que não conheço escritor português com mais alto poder de comunicação).

Com todo este domínio e predomínio, Alfredo Pimenta — em quem ia encontrando confirmação intelectual para o meu *baptismo* de monárquico (de que não me lembro) — foi, naturalmente, durante muitos anos, o meu primeiro guia político. Curiosamente, o ano de 1935 trouxe-me o primeiro contacto (ainda agora proveitoso) com os famosos *Elementos de História de Portugal*, livro escolar sem comparação com nenhum outro, — e a minha primeira rebelião diante do mestre.

O «Duce» decidira abrir à Itália os horizontes do Império, e a Etiópia fora escolhida para o sacrifício. A minha admiração e até simpatia pessoal por Mussolini (que pela vida fora se têm mantido, numa espécie de reserva sentimental, reprimida por bem claros motivos doutrinários) sentiu-se fortemente abalada. E, durante mais de um ano, nenhum argumento quase diariamente expendido pelos três homens que eu mais lia e mais me inspiravam conseguiu dobrar a minha profunda adesão à causa etíope, que nunca deixei de considerar justa.

Mas o diuturno magistério de Alfredo Pimenta começava a ser para mim, de um modo sistemático, aquilo que fora desde o início para o miúdo apaixonado de História Pátria (e a quem a Mãe, embora de muito recente origem espanhola, sempre avivara essa paixão). A entidade histórica da Nação Portuguesa desenhava-se na sua grandeza e solidez magnífica, ao mesmo tempo que me era oferecido, sem a mais leve sensação de violência abstracta, o método histórico, quer de investigação quer de exposição. Verdadeiramente, só um homem excepcional poderia atrever-se a lançar no charco choco do Livro Escolar, essa pedra dura e multifacetada que foram os *Elementos*. Releio as palavras do Autor, datadas de «Guimarães, Casa da Madre de Deus, 24 de Julho de 1934»:

«Os estudantes não são todos iguais. Oferecem-nos uma escala que vai dos melhores aos piores: dos mais inteligentes e mais ousados, até os mais obtusos e mais lentos. Entendo que os livros devem ser feitos para os primeiros, e não para os outros. Estes limitar-se-ão ao que podem, guiados pelos professores; aqueles aproveitarão tudo o que se lhes fornecer, e com isso a cultura portuguesa só terá a lucrar. Não devemos sacrificar as inteligências superiores às mediocridades inertes. De resto, ao Professor cabe separar o que é para seu uso exclusivo do que é essencial para o estudante. Isto não impede o estudante arguto e ansioso de saber, de aproveitar o que singelamente se lhe dá. Confesso: Com estes Elementos, quero servir a Inteligencia, nos seus primeiros voos. Escrever uns Elementos de História de Portugal para a Mediocridade, iguais a tantos livros que por aí andam, e são a vergonha do nosso ensino, não me está dentro do feitio, e é incompatível com as noções que tenho do que deve ser o Ensino público. Não conto, neste livro, factos novos; mas conto-os de maneira nova, como nunca, em livros desta natureza, se contaram entre nós, e, creio-o, no estrangeiro. O ideal seria ter levado o método matemático, de demonstração

permanente, até os últimos extremos: isso obrigava o volume a uma extensão inconveniente. Fiz o possível; não quero dizer que não quisesse fazer mais; mas o espaço não era ilimitado.»

Com um livro destes nas mãos, talvez eu tivesse ficado, apesar do meu já longo convívio intelectual com o Autor, relegado para o plano da Mediocridade ambiente e fácil, se não tivesse tido um professor admirável, o Dr. Carlos Proença de Figueiredo, ainda hoje, graças a Deus, entre nós. E a propósito deste nome ilustre recorde a polémica que entre os meus dois mestres se travou, na Página Escolar de *A Voz* (dirigida por Manuel Múrias), acerca do problema do Livro Único. Creio que tinha razão o Dr. Proença: o Estado não deve determinar em absoluto qual o compêndio a adoptar em todas as escolas.

Mas este problema está ligado a um outro de mais vasto significado. A partir da terrível experiência da Guerra de Espanha (que marcou para sempre a minha geração), tornou-se-me pouco a pouco bem claro que o magistério político de Alfredo Pimenta, apesar de todo o fulgor da sua inteligência e do seu imenso saber, estava já inadequado aos profundos problemas e mistérios do homem contemporâneo. E foi então que (um pouco anunciado por alguns artigos das *Letras & Artes das Novidades*), surgiu no meu horizonte António Sardinha.

Já um dia recordei a força dessa presença iniciadora. A leitura de *Ao Principio Era o Verbo* desvendava-me uma nova dimensão da Política — ou, talvez melhor, uma nova dimensão do homem histórico, do homem como ser de raiz telúrica e cultural, servido pela Política entendida como parte do Humanismo. Em Alfredo Pimenta, quase fulminantemente convertido ao Catolicismo e à Monarquia, tinha-se dado uma *sublimação*, e as disciplinas positivistas que uma primeira vez o salvaram do absolutismo individualista do Anarquismo puro, de algum modo comandavam ainda (e assim foi até ao fim) a sua própria vivência da Fé cristã e do patriotismo monárquico. Uma certa simplificação das realidades sociais e culturais, fruto de um espírito poderosamente lógico, obscurecia aos olhos de Alfredo Pimenta uma grande parte do Humano. Todos os problemas tinham resposta imediata e inteira, a Verdade desdobrava-se numa cascata ininterrupta de deduções perfeitas — e, mesmo quando o Método consistia em partir solidamente do Facto, o Facto era sempre puro e a Indução revestia-se da face augusta do Logos. Por isso o seu ensino era sempre definitivo e indiscutível. Aos jovens que o rodeavam e o seguiam,

Alfredo Pimenta informava acerca da Verdade e essa informação não era para discutir.

Reconheçamos a grandeza e a pureza desta atitude. Porque Alfredo Pimenta nunca foi levado por nenhum vento da moda, nenhum interesse pessoal o dominou, e a regra inteira que pregava aos outros era exactamente a mesma que a si próprio impunha com mão de ferro, mão de cilício. E assim se manteve até à morte.

A diamantina dureza e lucidez deste magistério não era, porém, adequado à crise espantosa das gerações que por ele passaram. Por isso a sua voz se perdeu no deserto estéril, e apenas alguns fiéis formaram à sua volta um quadrado cada vez mais estreito. Por isso, guardando ou não para com ele o respeito e a gratidão que lhe eram indiscutivelmente devidos, muitos (entre os quais desde cedo me contei) foram procurar junto de outros mestres o necessário e farto conselho, um sistema de verdades a que nem faltasse a experiência e a aprendizagem do saber duvidar.

António Sardinha, e com ele toda a escola do Integralismo Lusitano, foram, desde os meus 18 anos, a grande iniciação ao conhecimento e ao serviço de Portugal, e até da Cristandade. Mas no meu espírito ficou sempre um lugar especial para Alfredo Pimenta. E não seria raro vir eu a reconhecer que aos mestres integralistas (incluindo até o maior de entre todos, que foi e é Pequito Rebello), falta alguma coisa que nunca faltou em Alfredo Pimenta: alguma coisa que é difícil identificar sem dizer que é *estar* no Pensamento e no Saber como em sua própria casa.

E a este propósito gostaria de anotar que se encontra colaboração de Alfredo Pimenta em alguns dos mais famosos Dicionários universais de ciências históricas e eclesiológicas (e essa colaboração não está registada na grande tábua bibliográfica há anos pacientemente organizada por Caetano Beirão em apêndice ao *Terceiro Livro de Estudos Fil. e Críticos*).

Raramente alguém terá lido uma página de Alfredo Pimenta sem aprender alguma coisa. Mesmo quando o espírito polemizante (que por vezes o *possuía*) ou a preocupação exclusiva de insistir em verdades constantemente repetidas — davam aos seus escritos uma certa aparência de inutilidade.

A adesão ao Integralismo (doutrinário e prático) era já, em mim, definitiva, quando, em 1941, tive a primeira ocasião de um diálogo intelectual com Alfredo Pimenta. O meu amigo José Sebastião da Silva Dias, que deixara, havia pouco, a presidência do CADC, publicou então, no semanário pouco antes fundado

por Manuel Múrias sob o título de *Acção*, o «Toque de Clarim», que iria dar origem a uma das maiores polémicas de que tenho memória. Qualquer que seja a posição que se queira assumir, parece indesmentível que o *manifesto* de Silva Dias foi uma tentativa de transformação do ambiente mental português desse tempo imediatamente posterior aos Centenários e fortemente dominado pela Guerra Mundial. Em termos negativos, o «Toque de Clarim» erguia-se contra o «historicismo» como fonte de verdade; em termos positivos, defendia o critério filosófico, muito próximo das correntes então dominantes no Catolicismo francês, especialmente sob a égide de Maritain. A esse artigo de Silva Dias, logo respondeu, também na *Acção*, Alfredo Pimenta, com a acalorada defesa do Saber contra a *superstição* do Pensar. Correspondia esta posição de Alfredo Pimenta a uma das suas teses preferidas, por vezes levada a extremos muito próximos do Cepticismo: para ele, ao menos quando inteiramente dominado por esta espécie de *demónio*, só o Facto (e o Documento que imediatamente o reflecte) é rocha firme; tudo mais é fantasia e ilusão.

No meio da polémica que se seguiu, e em que se envolveram dezenas de nomes de várias gerações, quer na *Acção*, quer no *Correio de Coimbra*, quer nas *Novidades*, resolvi-me a intervir, com uma «Carta Aberta ao Senhor Dr. Alfredo Pimenta», publicada na *Acção*. Era uma tentativa, um tanto ousada, de convencer Alfredo Pimenta de que a razão estava do lado de Silva Dias, ao mesmo tempo que mostrava o muito respeito que o grande escritor me merecia e o valor dos seus argumentos.

Fiquei a dever a Alfredo Pimenta uma resposta detida e delicadíssima, em que nem de longe passava a sombra do Polemista intratável...

A essa resposta do Historiador respondi com nova carta. Só passadas longas semanas de expectativa, vim a saber que o Director da *Acção* (a quem presto saudosa homenagem) decidira acabar com a polémica por ter havido roptura de relações pessoais entre ele e o seu eminente colaborador.

Contra o que seria natural (e intimamente desejava), desisti de retomar o diálogo com o meu opositor. E é apenas como preito em louvor de Alfredo Pimenta que peço licença para aqui tornar pública a minha réplica, cuja cópia (ou rascunho) naturalmente conservei.

«Ex.mo Senhor Dr. Alfredo Pimenta

Ficaria de mal comigo mesmo, se à atenção com que V.^a Ex.^a olhou para a minha carta, correspondesse com um silêncio que poderia ser mal interpretado.

Há mesmo certos pontos que é necessário que se esclareçam e outros que é bom acrescentar.

I — Não quis falar somente da necessidade de obras de Apologética. A Verdade e o Bem não são apenas de ordem estritamente religiosa. Considero necessário — e nisto estamos de acordo — que Cristo informe as almas e as sociedades, e portanto que o Catolicismo seja o critério do Bem e da Verdade nas questões fundamentais. Quero portanto dizer que os livros que fazem falta, além do problema religioso devem tratar doutros problemas.

II — Na realidade não sabia dos esforços de V.^a Ex.^a no sentido de dar às Universidades cadeiras de Apologética. A ideia é excelente e ninguém deve negar a V.^a Ex.^a a gratidão que os seus esforços mereceram.

III — Causam-me desolação as palavras que V.^a Ex.^a dedica ao problema da conversão das almas.

Quem nega que «a graça divina é Deus que a concede»?

Quem afirma que a Fé seja «a conclusão dum silogismo»?

Quem despreza a acção fecunda «dos exemplos da Virtude»?

Entre um Padre Cruz e um Concílio de Trento, é possível e natural que seja o Santo o que mais converte. Mas sem a obra definidora, esclarecedora, disciplinante do Concílio, quantas almas se teriam perdido, pela dúvida que mata, pela anarquia que dissolve?

Se a «Imitação de Cristo», amparo das almas, não existisse — quantos resvalariam para o Mal, por falta daquelas palavras eternas que são alimento das nossas forças?

Mas se Santo Agostinho e S. Tomás não tivessem escrito as suas obras, faltaria à Igreja uma das razões que a impõem humanamente — a altura quase incomparável a que subiu a Inteligência de filhos seus. Faltaria também a muitos espíritos a luz brilhante que é o seu norte.

Eu não ensino nada a V.^a Ex.^a Bem antes de mim, já V.^a Ex.^a se tinha esforçado não só por que a Apologética subisse às Universidades mas por que as inteligências abraçassem o Tomismo.

A Fé — «produto do saber livresco»? Deus me livre de o ter pensado. Não é obra minha a doutrina que afirma que Deus

se pode servir das criaturas como agentes naturais da conversão, mas só Ele tem poder para acender nas almas o fogo vivo da Fé. Os homens, seguindo o plano da Providência, podem criar condições necessárias. Só a obra de Deus é suficiente.

IV — V.^a Ex.^a entra na discussão da influência da Política sobre a Religião e da importância do problema político. Nesse campo, toca V. Ex.^a muitas questões delicadas que não tenho autoridade para julgar, porque não são apenas um problema de opinião, mas pontos de Disciplina. Há contudo algumas questões sobre as quais me permito dizer alguma coisa.

- a) quando escrevi que os rapazes de hoje, em geral, abandonaram a questão *propriamente* política, referia-me ao problema dos regimes: mais claramente — ao dilema Monarquia-República.
- b) não me pronunciei sobre a vantagem ou desvantagem da atitude geral dos rapazes de agora, porque não se tratava de opiniões pessoais mas da verificação de tendências exteriores à minha pessoa. Parece-me muito conveniente para o espírito deste debate que continue a abster-me de julgar. Mas se entendesse que isso era conveniente para a questão, não teria dúvida em o fazer.
- c) não nego (nem sei se haverá quem o negue) que há leis no nosso Estado que são prejudiciais à acção da Igreja. Basta que esteja ainda de pé a Lei da Separação, condenada por Pio X. Também não é necessário fazer perante V.^a Ex.^a a defesa de um Governo que entre as suas tendências mais marcadas conta a de se aproximar cada vez mais do ideal cristão.
- d) V. Ex.^a viu bem o que eu quis dizer com as expressões «social» e «político». Em teoria, tem V.^a Ex.^a razão no que diz sobre a extensão do 1.^o termo, mas é lei tirânica empregar as palavras no sentido vulgar.
- e) pelos motivos expostos na alínea c) não me compete defender a juventude desinteressada da questão «propriamente» política. O que interessaria a este debate é que eu fosse desmentido. Sei que há rapazes que diriam a verdade se o fizessem falando em nome próprio, mas não como observadores da corrente geral.
- f) não conheço suficientemente o regime político-social da Suécia para poder pronunciar-me. Se o que há lá em

matéria social é o que o Sr. Dr. diz, tem V.^a Ex.^a toda a razão em afirmar que essas reformas estão na melhor tradição monárquica.

- g) que dentro da Monarquia se possa resolver a questão social não é discutível. Que dentro da República se possa instaurar o Comunismo, parece que é o que a Rússia mostra.

Mas que em regime republicano seja possível — ao menos dentro da transitoriedade que o caracteriza — a solução satisfatória da Questão Social, não posso negá-lo.

- h) se todo o Poder tem origem em Deus (o que é inegável), todos os Chefes, e portanto todos os Reis, são participantes dele. Mas Reis pela graça de Deus só o são os Reis católicos. Ou então todos os Chefes o são pela mesma graça.
- j) julgo que é do domínio geral que o problema político sobre o qual a Igreja, como Igreja, não se pronuncia, é o problema dos regimes: Monarquia? República? E portanto, se o regime concordatário foi possível na situação actual, porque havemos de acusar o Centro Católico de ter posto de parte a questão «propriamente» política? V. Exa. pode dizer que o Estado Novo não é uma República pura; mas também não é Monarquia.

V — Da minha carta tirou V.^a Ex.^a a conclusão de que os rapazes católicos não sentem a inquietação. Confesso que essa conclusão foi legítima. Mas não corresponde bem ao que eu queria ter dito, porque é das almas católicas que vejo levantar-se constantemente uma onda de inquietação.

Esta inquietação porém não é igual à que agita os não-crentes. É o que já se revelou na conhecida frase de Santo Agostinho: «Criastes-me, Senhor, para Vós, e o meu coração está inquieto enquanto em Vós não repousa».

A outra é a incerteza, a hesitação, a ânsia dum Desconhecido que satisfaça a alma nas suas aspirações mais fundas, quando não toma a forma satânica dum agudo cepticismo moral.

Parece-me essencial que se tenha sempre presente a distinção assim esboçada.

VI — O problema social — problema de Justiça e de Caridade — põe-se igualmente para os católicos e os que o não são. Os católicos querem dar-lhe a solução cristã que a «Rerum

Novarum» aponta. Os outros, como é natural, vão desde a solução comunista à solução sindicalista.

Uns e outros se preocupam com questões que ferem o coração de todo o homem que sente. Uns e outros se sentem impotentes para porem em prática as soluções a que aderem. E a verdade é que o problema social, como V.^a Ex.^a diz, é tão complexo, que a cada passo a Juventude se vê assaltada por novas interrogações.

VII — V.^a Ex.^a parece querer dizer que, no fundo de tudo, há um problema moral. O Dr. Gustavo de Almeida, nas «Letras e Artes» de 23-10, desenvolveu claramente essa ideia.

Julgo que ninguém o contestará. Acima de todas as ideias e convicções, é essencial para a solução dos problemas da Vida, o cumprimento da Lei moral. O Assistente Nacional da J. C. pôs o dedo na chaga mais aberta. Ela sangra dolorosamente e é urgente fazer tudo para a curar.

Peçamos a Deus o remédio para este pobre Mundo, e não deixemos morrer, no meio do lodaçal que nos cerca, nenhuma daquelas esperanças que a Fé faz nascer nas nossas almas.

Pedindo a V.^a Ex.^a me perdoe o tempo que segunda vez lhe roubo, creia-me com muito reconhecimento e admiração.

Coimbra, 27-10-41

a) H. B. R.

Alguns anos depois, mais uma prova pude ter da extrema delicadeza desse homem que fazia tremer meio mundo... Escrevi eu, para a revista *Biblos* (Jan.-Abr. 1948), da Faculdade de Letras de Coimbra, uma recensão crítica da edição portuguesa (organizada pelo Pe. Ilídio de Sousa Ribeiro, O.F.M.) do *De reductione artium ad Theologiam*, de S. Boaventura. Ao levantar, quase só de raspão, o problema da Filosofia cristã, citei um trabalho de Alfredo Pimenta, há muitos anos recolhido nos *Estudos Filosóficos e Críticos*. Dias passados, recebo, com espanto, uma carta gentilíssima em que Alfredo Pimenta me agradecia o ter-me lembrado dele. O erudito e escritor de espantoso talento, o pensador e o político, o poeta e o polemista que, em várias dezenas de anos, enchera muitos milhares de páginas com a presença do seu espírito, quase se comovia por ver um jovem e ignorado ensaísta revelar atenção a um escrito seu!

São estas as mais vivas lembranças que guardo de Alfredo Pimenta.

Fico agora a pensar — neste centenário do seu nascimento (que me faz subitamente velho!) — no lugar que lhe pertence na história da Cultura em Portugal.

Vejo-o dolorosamente dividido entre o mais extremo dogmatismo e o mais agudo cepticismo: daí o seu «fideísmo», erro teológico de que sempre se defendeu mas de que seria sempre fácil acusá-lo. Vejo-o integrado nos puríssimos valores da nossa História, e ao mesmo tempo aberto e oferecido a todos os ventos do saber sem fronteiras: daí a ambiguidade da sua posição de historiador, para quem a *Verdade* pertence a uma esfera inacessível mas deve ser constantemente substituída pelo seu equivalente no mundo vário e fluído das *verdades*. Vejo-o revestir, e esgrimir, implacável, todas as armas da Retórica e da Dialéctica, e afinal desistir, vencido e feliz, diante de um pequeno sinal de caridade. Vejo-o, dominado pelo sistema total de Augusto Comte, tudo vergar àquela poderosa estrutura racional e fenoménica: mas logo revelar que o calor posto na defesa das teses positivistas nasce de um *coração* pascalino. Vejo-o, quase brutal e insensível, lançar-se no incêndio devorador de uma campanha de retaguarda do III Reich, como se em Adolfo Hitler se condensassem todos os heróis da Europa e do Ocidente — mas aceitar a derrota sangrenta como homem pertencente a muito outro Espírito, e continuar, para além do extremo, a mesma luta por Deus, pela Pátria e pelo Rei. Vejo-o, poeta do Simbolismo e do Parnaso, suavemente perdido em lagos virginais e no culto do Belo, entregar a lira que o podia ter celebrizado, à grandeza dos ideais religiosos e políticos a que acabou por consagrar a vida — assim renunciando à glória literária, para servir. Vejo-o, cabouqueiro incansável, cavar os infinitos alicerces de uma história milenária; mas recusar toda a aventura que se estende para lá do Documento, e, na linha de um Herculano ou de um Gama Barros, quase professar a religião da Escrita. Vejo-o, fortemente empenhado na realização do bem comum, afirmar todos os direitos do homem colectivo; mas salvar, cada dia, com mão ansiosa e subtil, o contorno inconfundível de cada ser humano, a cor e a graça de um olhar, o sinal de Deus gravado em qualquer criatura.

É a este homem que dedico (assim como rapidamente fiz,

na *Cidade Nova*, na hora da sua morte piedosa), o testemunho sincero de uma admiração que nunca impediu a crítica, e de uma simpatia que gostaria de ter sido amizade.

Maio de 81.

Henrique Barrilaro Ruas